

ONU busca plano B que amplie pacto do clima

02/10/2010

Sem prazo para fechar um novo acordo global de corte de emissões, a ONU já começa a traçar um plano B para que o mundo não fique sem nenhuma proteção ao clima após 2012, quando vence o Protocolo de Kyoto.

A chefe da Convenção do Clima das Nações Unidas, Christiana Figueres, alertou na terça-feira (1º) os delegados contra o chamado “buraco de implementação”, o período entre 2012 e a entrada em vigor de um eventual novo tratado.

Tal brecha deixaria os mercados de carbono numa situação difícil, já que o preço da tonelada de CO₂, que é o objeto desses mercados, depende de regulamentação internacional para ser fixado.

Em Copenhague, os governos concluíram que não será possível fechar um acordo sobre metas de redução de emissões tão cedo, e resolveram concentrar os esforços em Cancún na aprovação de outros elementos do futuro tratado – deixando o tema espinhoso do corte de emissões para o futuro.

Como Kyoto levou oito anos entre assinatura e entrada em vigor, há uma possibilidade real de que o eventual novo tratado só passe a valer bem depois da expiração do protocolo atual.

Há na mesa várias propostas para contornar o problema. Uma delas seria a extensão das metas atuais dos países signatários de Kyoto (5,2% de corte em suas emissões em relação aos níveis de 1990) por mais dois anos.

Outra seria a chamada “implementação provisória”, algo previsto no direito internacional, que permite pôr o tratado para funcionar mesmo sem a aprovação pelos parlamentos nacionais.

“Alguns países têm dificuldades com isso”, afirma o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo.

O problema é que, para que a implementação provisória aconteça, será preciso que os países concordem com uma segunda fase de Kyoto, que dure até 2020.

Japão e Canadá já disseram que não aceitam um novo período para Kyoto. O segundo condicionou sua aceitação à adesão dos EUA – o que é impossível.

Os países em desenvolvimento, porém, estão pressionando pelo segundo período. Contam com a simpatia da União Europeia, que fixou uma meta unilateral doméstica de 20% de redução até 2020 e não perderia nada com a extensão de Kyoto.

“É improvável que se aprove um segundo período de Kyoto em Cancún”, diz Wendel Trio, do Greenpeace. (Fonte: Claudio Angelo/ Folha.com)